

Diz-se

“O país não está no bom caminho.”

ELISA FERREIRA

“DIÁRIO DE NOTÍCIAS”, 21-06-03

“Falta clareza nas políticas.”

IDEM, IBIDEM

“Os portugueses, tal como os actores, gostam de ser dirigidos, bem dirigidos! E hoje em dia é um vazio...”

ALEXANDRA LENCASTRE

NOTÍCIAS MAGAZINE, 22-06-03

“Num país como este, todos nós estamos em perigo de fuga, porque a todos nos dá alguma vez vontade de fugir.”

JOSÉ ANTÓNIO BARREIROS

IDEM

“A maioria do portugueses desconhece a realidade e vive totalmente absorvido com as histórias da televisão.”

LEONEL MOURA

“A CAPITAL”, 22-06-03

“Vivemos num mundo onde o vazio de valores é o habitual.”

MARCELO REBELO DE SOUSA

“JORNAL DE NOTÍCIAS”, 22-06-03

“Por vezes, o discurso que diz que todos são iguais perante a lei, às vezes, é um pouco hipócrita.”

ANTÓNIO LOBO XAVIER

TSF, 22-06-03

“A degradação da instituição parlamentar tem como subproduto a degradação do papel da imunidade.”

PACHECO PEREIRA

IDEM

“Há uma fragilização do sistema político porque os políticos não dão o exemplo. Não têm consistência para dizer que não e cedem, nos momentos decisivos, quase sempre por razões eleitorais.”

IDEM, IBIDEM

“Pacheco Pereira, vá escrever um ‘blog’.”

JOSÉ MAGALHÃES

IDEM

“O senhor ministro da Presidência perdeu o pio, e nas poucas vezes que fala a loja de porcelana fica em cacos.”

DUARTE LIMA

“EXPRESSO”, 21-06-03

“Mal começou a respirar do sufoco da Moderna, o velho Portas voltou ao circo com as suas conhecidas pantominas. A tentativa de achincamento da dra. Maria Barroso na Cruz Vermelha foi obscena.”

IDEM, IBIDEM

“No meio da tanta carência na saúde, na educação e na cultura, o dinheiro que se gasta com o futebol não se justifica.”

PEDRO ABRUNHOSA

“RECORD”, 22-06-03

“O Euro’2004 cegou-nos.”

CARLOS QUEIRÓS

“A BOLA”, 22-06-03

“Portugal tem de facto uma triste sina e o Benfica que conseguiu sempre puxar o país para cima agora deixa-se empurrar para baixo.”

EMÍDIO RANGEL

“CORREIO DA MANHÃ”, 21-06-03

Bacalhau, sabor do imaginário colectivo?

Desde 1960 as populações de bacalhau da costa canadiana tiveram um declínio de cerca de 99 por cento. Na Europa a situação não é muito diferente, pois os “stocks” de bacalhau apresentam quebras de 90 por cento. Estes números alarmantes são pouco divulgados para a opinião pública, mas o certo é que, se não forem tomadas medidas urgentes, muito em breve o prato favorito do português será apenas uma vaga recordação culinária

EDUARDO ALEXANDRE SILVA

Em Setembro de 2001, foi publicado um livro com o título: “The Skeptical Environmentalist”, da autoria de Bjørn Lomborg, gerando imensa polémica nos meios ambientalistas. O autor, político e académico dinamarquês, ex-membro da Greenpeace, reunia em livro mais de 3000 notas sobre as mais diversas questões sobre o ambiente do planeta. Este livro era o resultado de um projecto, em conjunto com os seus alunos de Estatística, de análise dos mais variados relatórios de diversos institutos e organizações (Banco Mundial – WB, Fundo para o Mundo Selvagem – WWF, Organização para a Comida e Agricultura – FAO, etc...) sobre a evolução do planeta. As conclusões, vindas da “mão esquerda” de um ambientalista, apontam para um alarmismo exagerado e falso em muitas das questões do ambiente planetário, argumentando que muitas das comunicações sobre ambiente são erradamente extrapoladas e, muitas das vezes, sem qualquer fundamentação científica.

Embora tenha sido sensível a alguns dos argumentos expressos por Lomborg, merecendo o seu livro uma leitura atenta, em questões de ambiente encontro-me muito mais próximo das posições dos movimentos ambientalistas do que das posições proteccionistas (entenda-se protecção das indústrias) dos governos dos países industrializados.

Vem este assunto a propósito das recentes medidas do governo do Canadá em interditar a pesca de bacalhau em três regiões da sua costa marítima, ao mesmo tempo que desbloqueou um plano de ajudas financeiras para os pescadores prejudicados com esta acção. A razão para esta atitude drástica é muito simples e directa. Desde 1960 as populações de bacalhau da costa canadiana tiveram um declínio de cerca de 99 por cento. Na Europa a situação não é muito diferente, pois os “stocks” de bacalhau apresentam quebras de 90 por cento. Estes números alarmantes são pouco divulgados para a opinião pública, mas o certo é que, se não forem tomadas medidas urgentes, muito em breve o prato favorito do português será apenas uma vaga recordação culinária.

Desengane-se quem pensa que as diferenças de rácios são o resultado de políticas europeias mais equilibradas. A espécie de bacalhau presente nos

mares do Norte e da Irlanda, quando comparada com a espécie presente no mar do Canadá, atinge a maturidade mais cedo, sendo essa, em parte, a razão para as diferenças de rácios de população. Contudo, o peso dos números é de tal forma esmagador, que não existem dúvidas de que estamos perante um problema de extrema gravidade, não resolúvel por intermédio de medidas de “contacorrente”, normal nas políticas surdas aos conselhos da comunidade científica. As pressões do “lobby” da indústria piscatória e a ausência de um acordo entre Estados-membros da UE relativamente às quotas de pesca, associadas a um desprezo pela opinião expressa pelos cientistas, resultaram neste estado das coisas.

Como filho de terra de pescadores (Vila do Conde), e com familiares que foram pescadores de bacalhau num passado recente, compreendo bem a problemática socioeconómica desta situação. Limitar ou interditar a pesca sem oferecer alternativas viáveis é irrealista. Desta forma urge a necessidade de iniciar amplos debates, juntando e chamando para a discussão a comunidade científica, a indústria piscatória (armadores incluídos), pescadores e responsáveis políticos. Todos juntos devem, em consenso, planeiar medidas para uma inversão da situação. Ora neste momento, em Portugal, país em que o bacalhau assume importância cultural, este tema anda bem longe das nossas preocupações, sendo poucas ou nenhuma as notícias sobre este assunto concreto. No entanto, não é difícil de prever um certo histerismo colectivo se, num futuro próximo, o bacalhau passar a ser uma presença extravagante nas mesas portuguesas, apenas e só em ocasiões especiais dos mais abastados economicamente.

O problema associado às teses de Lomborg é o erro residual do ser preferível remediar do que prevenir em questões de ambiente, pois as consequências assumem-se sempre irreversíveis. Em boa hora as políticas europeias, mais sensibilizadas, têm mostrado maior abertura aos argumentos da comunidade científica sobre a matéria. Apesar de tudo, não nos iludamos: existe realmente a hipótese de o bacalhau ser, num futuro próximo, apenas um sabor do nosso imaginário colectivo. ■ GULBENKIAN PhD STUDENT, UNIVERSITY OF MICHIGAN, USA



PAULO PIMENTA



LUÍS SALGADO DE MATOS

O Estado sem Estado

Durão Barroso anunciará amanhã as linhas mestras da reforma da administração pública. Esta reforma tinha sido prometida – e devemos assinalar o cumprimento da promessa. Ela é indispensável: passa pelas mãos do Estado cerca de metade da riqueza que criamos em cada ano. Dizer isto é dizer a importância dos funcionários públicos. A reforma surge por uma razão financeira e social. Na década passada, no tempo das “vacas gordas”, acentuou-se um movimento que já vinha de trás: os funcionários públicos conseguiram aumentos de vencimentos superiores aos empregados privados e superiores ao aumento da produtividade nacional medida pelo crescimento dessa riqueza criada, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante.

Este tipo de aumentos seria sempre indesejável: como a maioria dos trabalhadores tem como motivação principal o ganhar melhor, e dado que os funcionários públicos ganhavam mais do que os privados, os trabalhadores mais eficientes seriam todos burocratas – o que diminuiria a produtividade da economia.

Aquele aumento mostrou que o Estado é incapaz de gerir a economia pois é incapaz de prever o que paga aos seus funcionários. O Estado aumenta 1,5 por cento nas tabelas e de facto aumenta

os vencimentos pagos em 3,5 por cento. Para conseguir estabilizar os vencimentos, o Governo teria que diminuir os valores de tabela – o que é hoje politicamente impossível. Por isso, com o actual esquema de relações laborais, Portugal não pode cumprir os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento – e por isso terá que sair do Euro. Aquele aumento provocou invejas dos outros grupos sociais. Com a chegada das vacas magras, essa inveja pode ter resultados inesperados.

Como se acentuou aquele enriquecimento? Por meio de numerosas leis que estabelecem promoções automáticas e, nas carreiras ditas horizontais, o aumento automático do vencimento.

Este sistema é indesejável pois dissocia da produtividade o aumento do vencimento: em França ou na Alemanha os professores são submetidos a duras inspecções pedagógicas – e só podem ser promovidos se forem aprovados pelos inspectores. Os nossos são promovidos desde que passe o tempo. Como chegámos a este ponto? Os dois partidos que alternam no poder estão aliados a sindicatos – e os sindicatos são poderosos porque estão aliados aos dois partidos que alternam. Por isso conseguiram leis que aumentam os vencimentos dos funcionários públicos – quer o dinheiro dos impostos dê para os pagar, quer não dê.

Para conseguir reformar a função pública, o Governo precisa de uma base política. A melhor será animar o “ethos” da função pública – tão mal ferido pelos excessos neoliberais, por vezes partilhados pelos socialistas. O Estado está a ficar sem Estado. Em vez da panaceia dispendiosa da multiplicação dos institutos públicos, é preciso privatizar, por um lado, e reforçar a autoridade do Estado, por outro. ■

O Governo anunciou para amanhã o começo da mais necessária e adiada das reformas: a da administração pública